

Crise, desafios e esperanças

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Muitos, ao comentarem os tempos presentes, têm ressaltado as variadas dimensões da crise atual, suas origens diversas, suas múltiplas implicações, seus prováveis desdobramentos. Experimentados analistas resgatam fatos políticos marcantes dos últimos quarenta anos de nossa história. Os demônios desatados em 1954, em 1981 e em 1964 são constantemente relembrados.

Não há dúvida quanto à gravidade do momento nacional, é claro que nenhum setor da sociedade, isoladamente, tem o poder e a capacidade de administrar todos os impactos decorrentes da dinâmica própria que a crise foi assumindo especialmente a partir de maio.

A cidadania preocupa imaginar as condições políticas econômicas e sociais em que estaremos imersos quando forem concluídos os trabalhos da CPI do Congresso Nacional.

Ações maduras, lastreadas na reflexão serena e ponderada, são imposições da hora presente. Elas serão cobradas de todos os setores políticos responsáveis pela condução dos destinos do país. A Nação exige a completa investigação de todas as denúncias, mas também reivindica que os eventuais impasses políticos surgidos sejam superados dentro do quadro da normalidade institucional.

Mesmo sendo terra, a democracia brasileira tem demonstrado capacidade de resistência à crise política, revertendo uma perversa tradição autoritária que marcou nossa formação histórica e nossa cultura política.

A força evidenciada pelas instituições do país é fato reconhecido aqui e no exterior, apontando para uma radical mudança de comportamento político que muito contribui para aproximar o Brasil às nações mais desenvolvidas.

Mas se, em meio a tantas dificuldades, no plano político é possível vislumbrar alternativas positivas de encaminhamento seguro e institucional, no campo econômico o quadro é mais preocupante. A ausência de definição de um novo projeto nacional de desenvolvimento tem tornado muito difícil o estabelecimento de uma agenda capaz de equacionar definitivamente algumas das mais perversas manifestações da crônica crise da economia brasileira.

A recessão, a inflação, o desemprego e os baixos níveis salariais são os penosos tormentos que afetam a vida cotidiana dos brasileiros. A divulgação dos primeiros resultados referentes ao desempenho da economia nacional no semestre janeiro/junho de 1992, são um retrato sem retoques do quadro de encilhamento a que estamos sendo submetidos pela política econômica do governo.

Manietado pela política monetária — que mantém as taxas de juros em patamares demasiadamente elevados — o nível de atividade econômica, principalmente em São Paulo, vem registrando índices reduziísimos. A arrecadação de ICMS, pelo governo estadual, vem caindo desde 1991. Nos últimos quatro anos, o pior resultado registrado foi o do primeiro semestre de 1992, quando o recolhimento do tributo encolheu mais de 10%, em relação ao mesmo período de 1991.

No setor empresarial, a forte recessão manifesta-se de variadas maneiras. Dois exemplos recentes, recolhidos ao acaso.

* Ociosidade elevada: apenas 75%, em média, da capacidade instalada nas 500 maiores empresas do país, foi utilizada durante o semestre inicial de 1992, segundo estimativa de pesquisa divulgada pela empresa da consultoria Price Waterhouse. Essas empresas que lideram a economia brasileira poderão deixar de faturar mais de US\$ 40 bilhões, se for mantida esta ociosidade média de 25% até o final do ano, conforme projeção da consultoria:

* Queda das vendas; no ramo do comércio, o volume das vendas na Grande São Paulo caiu, comparado com o mesmo período de 1991. A Federação do Comércio do Estado de São Paulo estima queda de 17,5% no faturamento real.

A inflação continuou muito elevada, acumulando cerca de 240% até junho. Ao final daquele mês, o custo médio da cesta básica de alimentos — pesquisada na cidade de São Paulo pela Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania e pelo Dieese — era superior ao salário mínimo vigente, reajustado no mês anterior!

A situação do mercado de trabalho, na Grande São Paulo, também é crítica. O desemprego cresce continuamente desde novembro de 1991, passando de 777 mil desempregados para 1.244 mil em junho de 1992, um acréscimo de 467.000 novos trabalhadores sem emprego ao estoque de de-

sempregados existente no final do ano passado. A taxa de desemprego de junho — de 16,2% — é a maior verificada em toda a história da pesquisa que é feita pelo governo estadual (através da Fundação Seade) e pelo Dieese.

A mesma pesquisa, constatou que o volume de empregos, o valor do rendimento médio real e a massa de rendimentos reais, no período de dezembro/91 a maio/92, registraram queda muito acentuada. Os índices trimestrais de emprego caíram 6,4% e os de rendimentos reais da população ocupada da região metropolitana paulista.

Torna-se desnecessário falar do elevado grau de esgotamento que esta situação crítica provoca em todos os segmentos sociais, impõem-se, todavia, ordenar o debate nacional, dando prioridade à discussão de alternativas de política econômica. É fundamental, também, o aprofundamento da discussão sobre a necessária reforma fiscal, que deve partir da redefinição do papel e do tamanho do Estado. A exata conceituação dos encargos públicos a cada uma das esferas de Poder — União, Estados e Municípios — deve preceder à fixação das receitas tributárias. Definir quem é responsável pelo pagamento da despesa, antes de estabelecer o fluxo de recursos e de uma lógica gritante. Desonerar o setor produtivo, incentivar as exportações, garantir a capacidade de investimentos do setor público, aumentar a base de contribuintes para poder diminuir alíquotas e impostos, esclarecer a destinação dos recursos tributários são, entre outros, princípios a serem debatidos.

Vamos direcionar nossos melhores esforços à formulação de um projeto que restabeleça o horizonte de longo prazo na economia brasileira e que defina objetivos e metas compatíveis com os desafios da modernidade, da democracia, do desenvolvimento e da justiça social.

A construção de pontes que nos remetam ao futuro necessariamente deverá passar pela articulação de propostas para a crise política e para a crise econômica. Esta é a missão que cada cidadão brasileiro deverá assumir neste processo, pois o Brasil continua esperando que cada um cumpra com o seu dever.

Luiz Antonio Fleury Filho é governador de São Paulo.